

Polícia Civil indicia responsável por ataques a Vigilante e sua família nas redes sociais

A Polícia Civil do DF indiciou por crimes praticados na internet, injúria e difamação um homem que xingou agressivamente o deputado distrital Chico Vigilante (PT) pelas redes sociais. O caso foi concluído na 23ª Delegacia de Polícia (P Sul), que deu início às investigações. Vigilante foi alvo de um ataque com mensagens violentas e de baixo calão. O ataque atingiu também diretamente a família do deputado. As mensagens foram enviadas por WhatsApp, a partir de um número sem identificação. O delegado Thiago Boeing descobriu que o agressor mora no Gama, mas escreveu dos Estados Unidos. Ao localizá-lo, o delegado conseguiu apontar o agressor que, agora, poderá ser processado criminalmente. “Esse caso mostra que rede social não é terra sem lei, e que quem a usa para fazer esse tipo de maldade precisa responder pelo que faz. Além disso, o debate político não pode ser tratado no nível que o bolsonarismo está travando”, enfatizou o parlamentar. “O delegado Thiago Boeing mostrou que é possível identificar esse tipo de agressor”, disse Vigilante à coluna.



Minerino Junior/CB/DA-Press

No DF, quatro votos contra quimioterapia mais humana para pacientes com câncer

Faltaram 23 votos para a derrubada do veto do presidente Jair Bolsonaro ao projeto que obriga planos de saúde a arcarem com tratamento mais humano para pacientes com câncer. E quatro desses votos poderiam ter saído da bancada do Distrito Federal. Na sessão conjunta do Congresso ontem, o Senado derrubou o veto por 52 a 14. Mas, na Câmara, empacou. Os deputados se dividiram. O resultado foi: 234 votos pela derrubada e 209 contrários. Mas eram necessários 275 votos, maioria absoluta. Na bancada do DF, foram quatro votos favoráveis ao projeto que dá ao paciente o direito de ter o tratamento em casa custeado pelo plano de saúde. Erika Kokay (PT), Professor Israel Batista (PV), Paula Belmonte (Cidadania) e Bia Kicis (PSL) votaram pela derrubada do veto e em defesa do projeto de autoria do senador José Antônio Reguffe (Podemos). Foram contrários à medida defendida por oncologistas: Celina Leão (PP), Júlio Cesar Ribeiro (Republicanos), Luis Miranda (DEM) e Laerte Bessa (PL). A justificativa apresentada é de que o projeto desequilibraria o sistema de saúde suplementar porque aumentaria os custos das operadoras dos planos de saúde. Mas estas já arcam com esse custo. A diferença é apenas para o bem-estar dos pacientes.



Roque de Sá - Agência Senado

Sem burocracia

Cartórios vão deixar de faturar, em média, R\$ 36 milhões por ano com a transferência de veículos on-line. Tudo será feito de forma digital a partir da próxima segunda-feira, sem despachantes e burocracia, direto no aplicativo do Detran-DF. O reconhecimento de assinatura em documento de transferência de veículo custa R\$ 4,85 no cartório.

Segurança

O presidente da Anoreg-DF, Alan Guerra, disse que não sabe o impacto da medida. Mas afirma que, no cartório, a segurança das operações é garantida. “Gostamos mesmo é que os usuários demandem nossos serviços pela segurança que oferecemos, não por alguma obrigatoriedade. Por décadas, demos essa segurança aos vendedores e compradores de carros e continuaremos disponíveis a quem procurar nossos bons serviços”, disse.

Cruz Macedo assume presidência do TJDF em abril

O desembargador José Cruz Macedo (foto) vai tomar posse em 22 de abril como presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). O magistrado, que chegou ao Judiciário pelo quinto constitucional da advocacia, nomeado em 2002 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi eleito ontem pelo Pleno do TJDFT, seguindo a tradição de respeito ao critério da antiguidade. Também participarão da administração no biênio 2022-2024 os desembargadores Ângelo Passarelli, Sérgio Rocha e Costa Carvalho, respectivamente, como primeiro vice-presidente, segundo vice-presidente e corregedor.



Reprodução

Advogados comemoram

Entre os advogados, a posse de Cruz Macedo no comando do TJDFT é vista como um bom momento para a classe. “O desembargador Cruz Macedo é um advogado emprestado ao Tribunal e tenho certeza de que, na presidência, terá sensibilidade suficiente para estreitar ainda mais os laços do tribunal com a advocacia e comandar o retorno dos trabalhos presenciais da Corte”, afirmou à coluna o presidente da OAB-DF, Délio Lins e Silva Júnior. Para o ex-presidente da Ordem Juliano Costa Couto, a posse de Cruz Macedo é muito positiva para os advogados. “É uma alegria para a advocacia ter o desembargador Cruz Macedo na Presidência do TJDFT. Sábio, preparado e sereno. Digno representante do quinto constitucional, conhece os desafios da advocacia e será um grande presidente”, disse.

Desembargadora de luto

A desembargadora Vera Andrihgi abriu mão de concorrer à vaga de primeira vice-presidente do TJDFT porque tem se dedicado aos cuidados com a saúde dos pais. O pai da magistrada — que é irmã da ministra do STJ Nancy Andrihgi — acabou morrendo ontem, pela manhã. Mesmo de luto, Vera Andrihgi participou da escolha da nova administração do TJDFT e do TRE-DF.



Vinny C/CB/DA-Press

Mareto Ferreira/CB/DA-Press

Disputa começa no TRE-DF

Eleitos ontem para a composição do TRE-DF, os desembargadores Roberval Belinati (E) e Sebastião Coelho (D) vão concorrer, em 22 de abril, à Presidência do TRE-DF. A votação ocorre no plenário do tribunal e os sete integrantes votam. São dois desembargadores e dois juízes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), um desembargador do Tribunal Regional Federal (TRF) e dois advogados que atuam na Corte. Será uma disputa acirrada. Belinati teve mais votos no Pleno do TJDFT — 39 contra 25 de Sebastião — e é mais antigo na magistratura, o que pesa muito. Mas Sebastião, que é presidente da Amagis-DF (Associação dos Magistrados), tem bom trânsito na comunidade jurídica do DF. Resultado imprevisível. Quem ganhar vai comandar o TRE no ano das eleições, muita responsabilidade. Mas quem perder terá, também, papel importante no pleito de 2022, como corregedor eleitoral.

Visita agendada

Os desembargadores Roberval Belinati e Sebastião Coelho devem fazer, ainda nesta semana, uma visita ao atual presidente, Humberto Ulhôa, e ao atual corregedor, Costa Carvalho.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

LAVAGEM DE DINHEIRO / Deflagrada ontem, Operação Sem Controle apura fraude em programa do DF que propicia o custeio de tratamento a pacientes com doenças raras em outros estados. Criminosos se passaram por doentes que já morreram

Desvio de R\$ 2,6 milhões da saúde

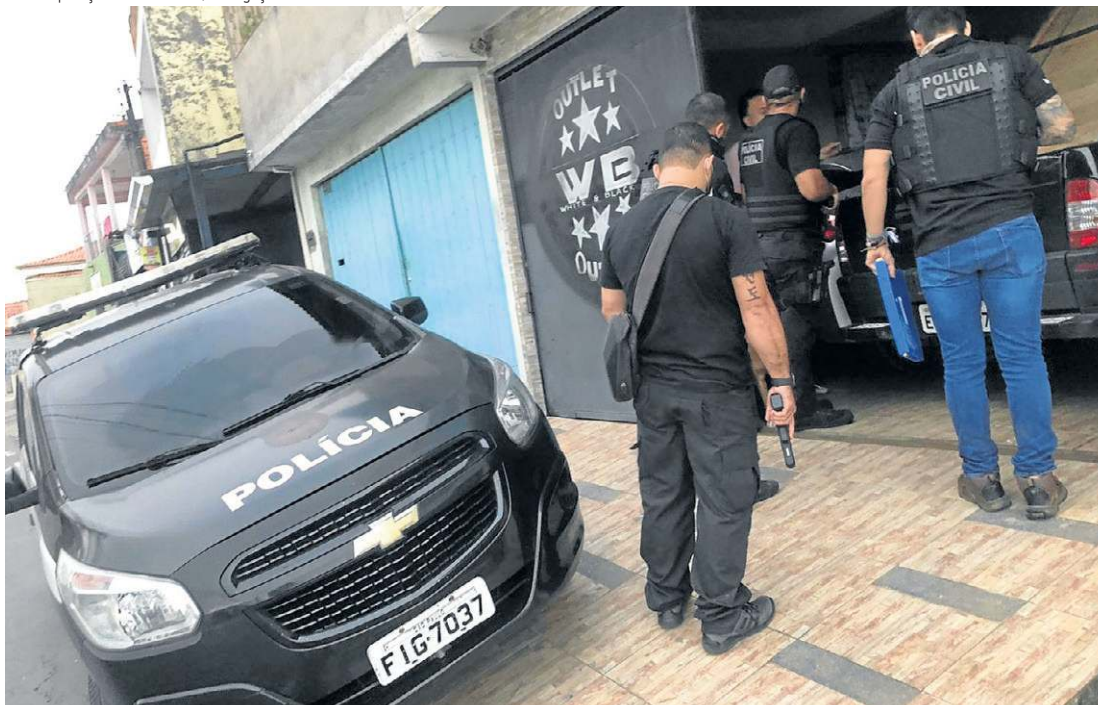
» ANA MARIA CAMPOS

Fotos: Operação Sem Controle/Divulgação

Uma investigação apontou um novo esquema de fraude na saúde. Mais um. Uma associação criminosa se especializou em desviar recursos de um projeto que tem uma finalidade nobre: propiciar que pacientes da rede pública tenham acesso a tratamentos não oferecidos nos hospitais do Distrito Federal para casos de doenças crônicas ou raras. O programa é denominado Tratamento Fora de Domicílio (TFD).

Para obter mais informações, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a Polícia Civil do DF deflagraram a Operação Sem Controle. As investigações, das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus), em conjunto com o Departamento de Combate à Corrupção (Decor), apontam que ocorreram pagamentos fraudulentos de ajuda de custo a pessoas que não deveriam ser beneficiárias, que atuavam como laranjas.

Segundo as investigações, entre 2018 e 2020, o valor desviado chegou a R\$ 2.648.149,25. O grupo teria usado cadastros de pacientes que já morreram e processos inativos ou arquivados.



Agentes cumpriram 10 mandados de busca e apreensão na casa de investigados pelo esquema, sendo dois no Distrito Federal e oito em São Paulo

Para aprofundar as investigações, foram cumpridos 10 mandados de busca e apreensão expedidos pela 3ª Vara Criminal de Brasília na residência de beneficiários que participaram do esquema, sendo oito em São Paulo e dois no Distrito Federal.

Também foi cumprido mandado de prisão temporária, com prazo de cinco dias, contra o líder do grupo, morador da região do Núcleo Bandeirante. Os envolvidos poderão responder pelos crimes de peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro. Como as investigações

estão em curso, promotores de Justiça e policiais civis não deram declarações sobre os crimes.

Como funciona

O programa Tratamento fora de Domicílio (TFD) da Secretaria de

Saúde disponibiliza recursos para pacientes que necessitam de tratamento não disponíveis na rede pública do DF.

São autorizados procedimentos que comprovadamente não tenham solução no Distrito Federal. Assim, são oferecidos os serviços de

agendamento de consulta em outros estados.

A Secretaria de Saúde fornece passagens aéreas ou terrestres para pacientes, além de ajuda de custo para quem vai receber o tratamento, para o acompanhante e doador, dependendo da indicação médica.

